

DF-Ceilândia

Senado quer detalhes sobre venda de lotes

O senador Lázaro Barbosa (PMDB-GO), presidente da Comissão do Distrito Federal no Senado, solicitou de Eni de Oliveira Castro, superintendente da Terracap, mais dados relativos aos moradores que reivindicam a regularização de 3.500 lotes na Ceilândia, para poder viabilizar um posterior parecer da Comissão.

Essa decisão foi o único resultado concreto da reunião de mais de cinco horas realizada entre os senadores integrantes da Comissão do DF no Senado e o coronel Eni de Oliveira, convocado para a reunião.

A maior parte do tempo foi preenchida pela preocupação dos senadores em saber da validade ou não do direito adquirido, fundamento defendido pelos que pretendem regularizar seus lotes nas mesmas bases dos preços de 1971. Naquela ocasião, a resolução 75/71 da Terracap tabelou os preços dos lotes em valores que variavam entre Cr\$ 600,00 a Cr\$ 3.000,000.

IMPASSE

O depoimento do superintendente da Terracap, Eni de Oliveira, foi interrompido diversas vezes pelos parlamentares Adalberto Sena (PMDB-AC), Passos Porto (PDS-SE), Afonso Camargo (PDS-PR) e Henrique Santillo (PT-GO), que tentaram colocar em dúvida a legalidade jurídica de a Terracap revogar uma de suas resoluções, para poder depois apresentar um outro plano de regularização com preços «atualizados», como definiu Eni.

A reunião foi presenciada por cerca de 50 moradores da Ceilândia e teve, na composição da mesma, a presença de um representante da Associação dos Moradores Incansáveis da Ceilândia, Ladislau Moreira Vasconcelos, que lembrou ao superintendente da Terracap, que as pessoas que estão reivindicando a regularização dos lotes aos preços anteriormente fixados, «muitos vendem banana na rua, muitas são lavandeiras e, por isso mesmo, não estão em condições de assumir os novos preços cobrados pela Terracap».

DECISÃO

Respondendo às sugestões do senador Henrique Santillo para que a Terracap, através de uma decisão administrativa, reduza os preços ora tabelados, o superintendente falou de sua impossibilidade, alegando limitações impostas pela própria lei, que impede que o GDF venda terrenos a preços inferiores ao da incorporação ao patrimônio da empresa. Explicou ainda que suas decisões estão ainda subordinadas às normas estabelecidas em assembleia. Ao que Santillo considerou que «esse é um problema que poderia ser resolvido da noite para o dia», ao observar: «Afinal, essa assembleia é constituída de dois poderosos acionistas, que é o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal...»

O senador Moacir Dallas (PDS-ES) também defendeu a questão do direito adquirido o que possibilitaria aos moradores regularizarem seus lotes pelos preços tabelados em 1971. Entende o senador que a própria Ordem de Ocupação fornecida pelo GDF na ocasião da ocupação dos terrenos já significa que eles já estavam alienados, não podendo, assim, ter seus preços corrigidos.

LIXO

Na reunião de ontem, o senador Lázaro Barbosa (PMDB-GO), presidente da Comissão do DF no Senado, solicitou aos senadores integrantes da Comissão que compareçam na próxima quinta-feira para uma nova reunião, com a finalidade de discutir a proposta do Governo do Distrito Federal de cobrar taxa de limpeza pública do DF.